

Entrevista com Sérgio Cardoso*

* A Revista Ipseitas agradece a Natan Morador (doutorando USP) pela colaboração na elaboração das perguntas e condução da entrevista. Elaboração da entrevista: Natan Morador e Rodrygo Rocha Macedo. Realização da entrevista: Natan Morador

Transcrição: Rodrygo Rocha Macedo

O Prof. Sérgio Cardoso é professor da Universidade de São Paulo (USP), em cujo Departamento de Filosofia pesquisa, na linha de Ética e Filosofia Política, a tradição republicana desde a Antiguidade até o Renascimento. Possui o *Diplôme d'Études Approfondies* da École des Hautes Études en Sciences Sociales (1979), bem como Estágios na École des Hautes Études en Sciences Sociales: Cetsap e Centre Raymond Aron (1986). É nacionalmente conhecido por estimular os estudos em torno dos autores Maquiavel, Montaigne, Claude Lefort e Pierre Clastres. A entrevista que segue se deu dias após à sua obtenção do título de livre-docente da USP.

IPSEITAS: Com relação à sua formação, quando e como se dá o seu interesse pela filosofia e qual o seu itinerário enquanto estudante?

SÉRGIO CARDOSO: Interessei-me por filosofia no Ensino Médio. Tive um professor muito bom, reflexivo. Ele andava pela classe meditando sobre os temas, a partir de textos clássicos. Ficávamos fascinados, admirados com o pensamento em ato. Aquilo me impressionou muito. Mas, por outro lado, o que me levou para a filosofia foi a política, pela qual comecei a me interessar muito cedo, desde o ginásio. Era um momento de muita discussão e de radicalização, à direita e à esquerda, no contexto do golpe de 1964 e sua alegada “ameaça comunista”. O que, num certo sentido, acabava por ter algo de verdade, pois desejávamos um mundo novo, socialista. O caldo de cultura política que se vivia era aquele de que Sartre falava: “o marxismo é a filosofia inultrapassável do nosso tempo”; porque ele era a plataforma a partir da qual se avaliava o mundo. Era um tempo em que se tinha no horizonte a revolução – uns aspirando por ela, outros a rejeitando. Fazia parte do tempo: os intelectuais franceses, por exemplo, mesmo os não-comunistas, viam-se como *compagnons de route* da revolução soviética. E havia também a renovação da Igreja, seu novo engajamento social. Eu queria compreender aquilo tudo e não era fácil para um pré-universitário, rebelde. Eu queria compreender Marx, bem como os debates no interior do campo marxista (que já chegavam aos secundaristas), e as divisões no interior das esquerdas. Estavam todos lutando contra a ditadura e o imperialismo, mas os grupos também lutando entre si. Eu queria entender um pouco melhor tudo aquilo. E eu demorei a compreender alguma coisa. Aliás, acho que não cheguei a entender quase nada (risos). As cisões e embates dos grupos da esquerda eram extremamente intrincados e, para

além das referências clássicas (trotskistas, maoístas, etc), as disputas passavam muito mais por questões práticas e mesmo por rivalidades de personalidades. Todos os pequenos grupos de esquerda tentavam fazer nossa formação política – discutiam, traziam materiais de leitura, análises de conjuntura, etc. – mas as alegações teóricas nunca cheguei a alcançar muito bem. Eu queria a revolução, mas nunca cheguei a me decidir com qual daqueles partidos (risos). Nunca entrei em um grupo; nunca fui militante de um partido porque não consegui me decidir, porque não compreendia tudo aquilo da maneira como achava que deveria compreender. Eles me olhavam sempre como um “colaborador”, um simpatizante-tarefaíro, naquilo em que eu pudesse ajudar; mas nunca aderi... por falta de capacidade para compreender as divergências teóricas, o que estava em causa naqueles ‘épicas’ e violentos debates. Eu me embaraçava até com as siglas, tantas eram. Aliás, até hoje.

IPSEITAS: Isso onde, exatamente?

SÉRGIO CARDOSO: Em Campinas. Eu fiz o ensino médio (ginásio e colegial) em Campinas. Depois fiz vestibular para a PUC de Campinas, e aí foi uma festa (risos). Isto foi em 1967, o momento da ebulição que precedeu 68 e adiante. O movimento estudantil era muito forte; era para nós o espaço da política, mas também, e sobretudo, da sociabilidade. Sempre participei da política no campo do movimento estudantil, e a partir das reivindicações estudantis, sem entrar para um grupo ou partido, o que era uma coisa rara. Em 1968, ocupamos a universidade e ficamos lá quatro ou cinco meses. Foi uma grande festa; foi o momento maior da minha educação política. Fizemos um movimento autogestionário, em que todas as classes dos diversos cursos (mas não de todas as faculdades; havia brigas homéricas com o pessoal do Direito e da Economia) formavam grupos de trabalho, de discussão e decisão. Na época, os cursos eram seriados, de modo que as deliberações fluíam das classes de cada curso para a faculdade, e desta para a universidade (ou parte dela); enfim, havia uma rede de discussões e decisões que vinha realmente das bases. Foi uma experiência de autogestão (pois ‘governamos’ a universidade) magnífica. E com a maioria dos professores do nosso lado, de modo que continuaram os cursos que nos interessavam, as pautas que nos interessavam, os programas que nos interessavam. No final, todos esses professores corajosos foram demitidos, mais de cem, não me lembro o número exato.

No movimento estudantil, o pessoal com que eu tinha mais afinidade era o pessoal da AP (Ação Popular), grupo que nasce dos movimentos da juventude da esquerda católica. O Honestino Guimarães, presi-

dente da UNE, foi um grande amigo, e vários outros. Dávamos apoio a eles. Mas, com muita independência. Eu fui um dos delegados de minha faculdade no famoso congresso da UNE em Ibiúna. Foi outra experiência marcante. Fomos todos presos, uns oitocentos estudantes de todo o Brasil. Os de São Paulo ficamos quase um mês na cadeia.

IPSEITAS: O senhor foi preso? Conte-nos como foi essa experiência.

SÉRGIO CARDOSO: A experiência de ser preso é terrível, mesmo naquelas circunstâncias. Primeiro, porque víamos que o regime ia endurecer; não sabíamos que viria o Ato Institucional n. 5, mas a coisa estava no ar. Havia muitos rumores. Tivemos muito medo de ficar lá, de não nos soltarem. Os presos de Ibiúna foram mandados para seus respectivos estados; mas nós, de São Paulo, uns oitenta talvez (não me lembro bem), depois de uns dias no Presídio Tiradentes, onde ficamos de início, fomos transferidos para o Carandiru, de triste memória. Foi quando pensamos: “Não vamos mais sair”, porque não parecia mais uma situação provisória. Foi difícil; e não era só uma questão de perder ano letivo ou trabalho. O Carandiru era uma situação degradante. Para nós, rapazes de classe média, era impossível, por exemplo, comer a comida que nos davam. Felizmente, quase um mês depois, saímos. A partir de então, ficaram criando problemas conosco com um longo processo na justiça militar. Mas, a partir de certa hora não nos chamaram mais. Acho que se desinteressaram por aquilo, porque viram que não havia muita coisa a colher ali. Passaram a se ocupar das coisas terríveis que sabemos.

Houve também, de minha parte e de meus amigos, muito apoio para os grupos políticos. Como disse a você, nunca entrei para grupo nenhum, nem para o PT eu entrei depois; mas ajudei no que eu pude, sobretudo com o pessoal que estava na clandestinidade, que estava correndo risco de vida. Perdi muitos amigos; não só o Honestino Guimarães, que foi morto... várias pessoas desapareceram. Foi uma coisa muito difícil. Você sabe que a pressão psicológica e o medo naquele momento eram tão grandes que durante anos eu tive pesadelos com perseguição de polícia. A gente estava ajudando as pessoas e sabia do risco que corria. Era passaporte que alguém precisava para sair do país, era oferecer ou procurar casa para abrigar pessoas e coisas assim.

IPSEITAS: Havia risco, mas havia uma paixão muito forte nisso...

SÉRGIO CARDOSO: Sim... Havia uma solidariedade grande e consciência política, mas também uma indignação muito forte. Sabíamos que estávamos lutando contra uma ditadura brutal. Foi um período de formação mesmo, tanto política quanto humana e existencial.

IPSEITAS: Logo em seguida, o senhor veio para a pós-graduação com a professora Marilena Chauí?

SÉRGIO CARDOSO: Sim, depois vim para São Paulo, para a pós-graduação, com a Marilena, por quem eu já tinha uma enorme admiração. Ela já era uma estrela na época: todo mundo queria fazer a pós-graduação com a Marilena. E aqui [na USP] a vida muda. Eu tive uma formação de filosofia na PUC de Campinas que não foi ruim, mas também não foi boa. A graduação em filosofia me abriu para muita coisa, mas eu tinha pouco conhecimento da história da filosofia e dos grandes temas. Então, eu praticamente fiz minha graduação na pós, com os cursos da Marilena, sobretudo.

IPSEITAS: Era o mestrado? Como se dava essa pós-graduação, exatamente?

SÉRGIO CARDOSO: A pós-graduação era muito menos regulada e legislada que hoje. Bastava que o orientador o aceitasse. Se achasse que o sujeito estava apto e o tema era bom, ele acolhia. Vínhamos muito “crus” fazer a pós-graduação. Os que não eram crus eram os colegas uspianos; eles estavam em casa (risos), haviam tido uma formação mais rigorosa (a palavra-chave). Quem vinha de fora chegava com muitos déficits, sobretudo para o tipo de exigência que havia aqui. Fiquei com uma alegria enorme por ser aceito pela Marilena e comecei a fazer os cursos dela, bem como outros que ela foi indicando (do Rubens Torres, do Gérard Lebrun). Mas não foi muito fácil. Alguns colegas uspianos tinham um preconceito grande em relação às pessoas que vinham de fora; eram os “golden boys” da filosofia brasileira, votados ao estrelato. Mas devo dizer que não restou depois qualquer aresta na convivência com estes colegas. Não há o que guardar disso, ainda que para nós, que viemos de fora, ambiente não tenha sido muito acolhedor. É difícil suportar a arrogância, vinda de qualquer lado; mas ela ocorre em toda parte e não ficaria ausente da academia. Veja: no meu primeiro seminário aqui, para a Marilena – um texto de Merleau-Ponty –, o clima era tão pouco amistoso que mal consegui ler meu seminário. Eu havia escrito um texto, caso contrário não conseguiria fazer minha exposição. Insegurança? Certamente; mas também um clima difícil. Os ‘bons’ ficavam um tanto desdenhosos no fundo da sala e ‘nós outros’ lá na frente, anotando com sofreguidão. Mas eu disse para mim mesmo: “Vou enfrentar as feras” (risos). Comecei a trabalhar, e a me colocar como igual, sabendo embora que eles tinham uma formação melhor que a minha. E foi bacana, porque logo a Marilena me convidou para ser monitor dos cursos dela, os cursos geniais que ela deu em meados dos anos 1970. Eram livres.

Marilena veio com tudo, liberdade total: psicanálise, Reich, textos de Marx, de Freud. Ou seja, cursos libertários. Foram anos maravilhosos!

IPSEITAS: E ela [a professora Marilena] não sofria nenhuma censura?

SÉRGIO CARDOSO: Nenhuma! Porque o Departamento sempre foi muito heterogêneo e a Marilena sempre foi muito corajosa. Ela fazia o que achava que devia fazer. E é claro que havia reflexão filosófica naqueles cursos; não há dúvida. Mas os temas passavam pelo autoritarismo, pela repressão sexual, temas de alcance político, questões de história do Brasil (ela passou a estudar o integralismo naquele momento). E as coisas da política vinham para o curso... para a minha geração uspiana os cursos da Marilena na época (1973-1975) foram marcantes... e não só para a Filosofia, mas também para o pessoal da História, das Letras, da Psicologia. Todos vinham assistir aos cursos.

Foi também um momento em que existia vitalidade cultural na universidade. Estávamos interessados em teatro, cinema, música e na vida política. A Libelu [movimento “Liberdade e Luta”] nasceu ali. Havia, enfim, entre os estudantes um interesse político e cultural muito intenso... algo que faz muita falta hoje na universidade. Seria muito bom se os estudantes tivessem uma maior implicação na vida cultural, em sentido amplo.

IPSEITAS: O senhor falou que sentiu uma certa indiferença por não ser aluno da USP e havia um tratamento, dos seus colegas em relação ao senhor, que parecia diferenciado.

SÉRGIO CARDOSO: Não era em relação a mim; era em relação aos ‘de fora’, que incluíam também os daqui que não eram os eleitos. Na academia frequentemente se vê mais a competição do que a cooperação que a investigação exige. Mas não se trata de um obstáculo intransponível. De qualquer forma, para mim foi uma enorme surpresa quando depois de três ou quatro anos de estadia aqui, em 1977, me convidaram para ser professor. Eu falei: “Não estou preparado”. Naquele momento, era ainda necessário recrutar alunos que estavam com a pós-graduação em andamento. Eu fui professor sem ter doutorado, sem ter mestrado; não havia quadros formados. Os bons alunos eram integrados por “cooptação”, o termo é esse. Quase todos os meus colegas entraram na universidade dessa maneira; depois é que se ia terminar a formação. Assim, quando me convidaram, falei: “Não, não”. Foi para Marilena e Maria Silvia Carvalho Franco que eu disse “Não estou preparado, não vou”. Mas, então consultei, consultei não, eu conversei com um colega, que me disse: “Você vem, ninguém está preparado”. Foi o meu colega Franklin Leopoldo e Silva. Ele foi o res-

ponsável por eu ter aceitado o desafio e o convite (risos). Na verdade, penso que era muito mais difícil entrar para o Departamento de Filosofia naquela época, porque era necessária uma espécie de unanimidade entre os professores. Muita gente boa pode não ter sido integrada ao Departamento por não alcançar esta certa unanimidade que era necessária. Um veto, mesmo tácito, uma desconfiança, e a coisa se tornava difícil, sobretudo em um colegiado tão diverso: Osvaldo Porchat, D. Gilda de Melo e Souza, Maria Sílvia Carvalho Franco, Otília e Paulo Arantes, João Paulo Monteiro, Victor Knoll, Rubens Torres Filho ... gente do melhor calibre, por quem tínhamos muita admiração.

IPSEITAS: O Bento [Prado Júnior]...

SÉRGIO CARDOSO: O Bento não. Ele estava na PUC nessa época. Ele foi cassado em 1969.

Mas, nesse momento, ocorreu um dos episódios mais difíceis para mim, no registro do meu trajeto intelectual e profissional. Minha contratação foi vetada pelos órgãos de segurança. Havia ao lado do gabinete da Reitoria um general do SNI [Serviço Nacional de Informação] – cujo nome posso dizer, pois fui das poucas pessoas que teve acesso diretamente a ele: General João Franco Pontes – que se encarregava das triagens políticas. Com o apoio do Departamento [de Filosofia], eu e Maria Sílvia Carvalho Franco, que era chefe do Departamento, fomos à Reitoria para saber o porquê do veto. O reitor, que era fraquíssimo, para dizer o mínimo, o Orlando Marques Paiva, nos disse, diretamente: “São os órgãos de segurança, não posso fazer nada”. E, mais adiante, depois de uns meses e várias audiências, ele completou: “Mas se vocês conseguirem entrar em contato com os órgãos de segurança, e eles autorizarem, eu assino na hora...”. Eu pensei: “Ah, é assim? Essa é a condição?”. Comecei a ir atrás de pessoas ligadas ao aparelho repressivo, de cara limpa (risos), generais, coronéis, com que amigos ou familiares meus tinham contato. Eu falava: “Eu só quero saber por que estão me vetando”. Eu achava que eles poderiam ter contra mim talvez apenas lbiúna; e aí, francamente... Mas, eu nunca soube, até hoje (ainda não fui aos arquivos do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] ver minha ficha, embora tenha muita vontade). Fiquei um ano e meio lutando para conseguir o meu contrato, buscando vencer a barreira dos órgãos de segurança... buscando, eu, “informações”: “Quero apenas saber por que estou sendo barrado”. Evidentemente, ninguém respondia. Durante o período da ditadura ninguém ousava se responsabilizar por nada nesse registro. Há uma nuvem de poder; ninguém se responsabiliza pessoalmente por nada. Minha estratégia foi conseguir que pessoas ligadas aos órgãos de segurança – ao Exército, mais precisamente – pessoas que tinham

muito poder hierárquico, ligassem para a Reitoria para se informar, apenas se informar, sobre meu caso, para saber do que é que se tratava. Isso foi criando na Reitoria um bochicho: “Olha, um general, o coronel, o capelão (risos) ligou para saber...”. Foi nesse momento que o reitor nos disse: “Parece que há muita gente interessada nesse caso. Estão ligando para saber. Ora, se uma dessas pessoas me ligar e autorizar, eu assino”. Aí eu pensei: “Bem, ninguém vai bancar o meu caso. Que fazer?”. Voltei às mesmas pessoas para tentar que voltassem a se ‘informar’ – apenas isso – sobre a questão; pois, ninguém, evidentemente, ia bancar minha contratação. Mas, consegui, por intermédio de um capelão do exército justamente (risos), que o general da região militar de Campinas (que era onde eu tinha muitos conhecidos) aceitasse fazer o contato “informativo”. Ele disse depois que apenas mencionou meu nome, que foi muito bem acolhido e que nem ele, nem o reitor, se perguntaram nada. Alguns dias depois meu contrato foi assinado. Você acredita nisso?!! Isto era na Ditadura (risos). Passei um ano sem saber se eu iria entrar ou não para a universidade. Eu já havia decidido o seguinte: não vou viver de bolsa, não vou viver nessa situação precária; pois não sei até quando essa ditadura vai durar. Nós já tínhamos tido os Atos Institucionais, o endurecimento da repressão, de modo que pensei: “Se esse contrato não sair, largo a Filosofia, largo tudo; vou ser corretor de imóveis. Nós não temos no país outro organismo de pesquisa senão a universidade; então, desisto. Vou lutar até o fim (e lutei), mas se não der, vou ser corretor de imóveis” (risos).

IPSEITAS: Ia ser uma perda para a filosofia e um ganho para as imobiliárias.

SÉRGIO CARDOSO: Ainda bem que um ano e pouco depois as coisas se resolveram...

IPSEITAS: Quanto ao trato diferenciado que os uspianos tinham em relação ao senhor, hoje, enquanto professor, isso o fez tornar-se sensível a essas questões? O senhor consegue perceber que isso ainda é existente?

SÉRGIO CARDOSO: Não, não. Eu tenho uma relação muito boa com os meus colegas. São pessoas que eu respeito muito. Agora, sobre as discriminações, elas certamente existem. O que me parece importante é que os professores não reforcem essas discriminações, dirigindo seu ensino apenas para os ‘seletos’; é necessário que procurem alcançar a todos. Que todos, ou quase todos, tenham a possibilidade de ir adiante no curso.

IPSEITAS: E com relação aos alunos?

SÉRGIO CARDOSO: Mas eu queria falar uma outra coisa. Frequentemente, no Brasil, as pesquisas que fogem à área da metafísica ou da epistemologia são vistas como algo menor, como se Filosofia propriamente dita cobrisse apenas os sistemas do “grande racionalismo” (Merleau-Ponty) do século XVII, seus enraizamentos antigos e medievais e seus desdobramentos e sua crítica. Fora disso é como se não existisse filosofia; mas apenas penduricalhos, seus “*pailletés* e lantejoulas”, como já sugeriu um de nossos ilustres filósofos. Essa mentalidade, no Brasil, parece que foi predominando. Ora, o que se perde com esse tipo de preconceito é enorme. Trago como exemplo um dos autores que tenho estudado por muitos anos, Montaigne. Para muitos não é um verdadeiro filósofo; é um *littérateur*, um *moraliste*. Ora, o que esse autor fez pela digestão das filosofias helenísticas no início da modernidade, sua ousadia anti-metafísica, suas inovações no campo da ética e da política, não se vê. Esse mesmo preconceito frequentemente nos desvia de capítulos fundamentais do pensamento ocidental, como é o caso das filosofias do helenismo. Nós trabalhamos muito pouco estas filosofias por aqui. O ceticismo sim, porque ele nos veio, a partir de um determinado momento, pela Inglaterra e os EUA, em função da filosofia analítica, passando a ter um prestígio e um interesse muito grandes. Mas, o mesmo não ocorre com o estoicismo, o epicurismo ou o próprio aristotelismo, e não podemos hesitar em dizer que temos nestas filosofias as bases da cultura filosófica ocidental. É, pois, uma pena que as estudemos tão pouco. Até uns vinte e poucos anos atrás, nosso ensino no Departamento, passava por Platão e Aristóteles, saltava para Descartes, para a metafísica do século XVII, indo depois ao XVIII, em filosofia política em função do debate entre liberalismo e marxismo (ainda que nossos saudosos rousseauístas, Bento Prado e Salinas Fortes, tenham aberto caminhos alternativos nesse domínio). Depois vinham Kant e Hegel (trabalhado na tese do Paulo Arantes e nos cursos de Gérard Lebrun), embora tenha sido o ensino de Kant e pós-kantianos que ganhou força no currículo do Departamento. Durante muito tempo não houve filosofia medieval, e muito menos, é claro, autores do Renascimento e suas referências helenísticas. Isto é um escândalo (risos). Eu pessoalmente me empenhei para trazer nossa atenção para as filosofias do helenismo. Roberto Bolzani também fez isso. Mas, precisamos ir mais fundo. Quando começamos a estudar o Montaigne, percebemos que o trabalho não iria adiante sem um mínimo de conhecimento destas filosofias, que tínhamos que estudá-las. E fomos atrás. Primeiro, certamente, tomamos o ceticismo. E contamos para esse trabalho sobretudo com nossos amigos discípulos do Porchat, o próprio Bolzani, o Plínio

Smith, o Luiz Eva. Depois fomos ao estoicismo. Já sobre o epicurismo falta muito trabalho a fazer. Supervisiono dois estudos, um doutorado e um pós-doc, voltados para o epicurismo. Precisamos trazer tudo isso para a cultura acadêmica da filosofia no Brasil. Um de meus maiores orgulhos é que eu tive dois estudantes que hoje conhecem bastante as filosofias helenísticas. Acho que poucas pessoas no Brasil conhecem como eles estas escolas. São pesquisadores preciosos. Edson Querubini e André Scoralick começaram estudando Montaigne, mas fizeram a formação necessária para suas investigações montaignianas: o helenismo romano, a retórica, a poética e outros estudos clássicos. Quando iniciamos a leitura dos Ensaíes, não sabíamos nada. Não havia um texto brasileiro sobre Montaigne, a não ser sobre os 'capítulos americanos' (*Os Canibais, Os Cochés*) do autor. Até porque o Porchat, com toda sua trajetória de ceticismo, passava batido por Montaigne; não gostava muito dele. Mas, os discípulos, Plínio Smith e Luiz Eva, sim (risos); têm excelentes trabalhos sobre Montaigne.

IPSEITAS: Fale de seus estudos de Montaigne.

SÉRGIO CARDOSO: Quando comecei a estudar Montaigne, percebi que deveria empreender uma verdadeira formação para lê-lo adequadamente. A primeira coisa que fizemos – pois não fiz esse trabalho sozinho – foi buscar conhecer a literatura mais importante relativa ao Renascimento, desde Burckhardt, Cassirer, Garin, Yates, Kristeller e tantos outros. Lemos muita coisa, sobretudo na linha de História das Ideias e História do pensamento. Segunda coisa: conhecer as filosofias helenísticas. Também fizemos um programa de anos nesta direção. O bacana é que fizemos tudo isso em conjunto, em grupo. Por isso esses estudantes, hoje professores, como o Edson Querubini e o André Scoralick, ficaram tão afiados. Fizemos juntos essa formação, estudamos os textos anos a fio. Estudamos, por exemplo, os textos clássicos da tradição da retórica. Foi uma das melhores coisas que fiz; eu não sabia nada. Mas, penso que para os estudantes que participaram desse trabalho a coisa rendeu ainda mais, pois eles ficaram mais focados nesses estudos, enquanto eu, puxado por amigos, como Newton Bignotto, derivei para os estudos da tradição republicana. Eu tenho os pés em duas canoas (sempre em perigo de escorregar); mas nossos montaignianos se mantiveram focados. Eles me dão aulas.

IPSEITAS: Eles se especializaram, de certo modo...

SÉRGIO CARDOSO: Isso. E eu sinto muito que a universidade não os tenha ainda aproveitado. Mas, penso que logo vai perceber o que se está perdendo, porque precisamos muito de gente com esse perfil de formação. Mas, ao lado da tradição retórica (o *Górgias*, o *Fedro*, a

Retórica de Aristóteles, os textos retóricos de Cícero, Quintiliano), da introdução à historiografia do Renascimento, dos estudos do helenismo, havia ainda a todo o campo do comentário de Montaigne a palmar e nosso desejo (e também do grupo que se reuniu em torno da Telma Birchal, em Belo Horizonte), de plantar os estudos montaignianos aqui no Brasil. Olha, eu penso que o trabalho de grupos como esses é o que se faz de melhor nos nossos Departamentos e Programas de pós em filosofia, como mostra, exemplarmente, o grupo de estudos espinosanos conduzido já há mais de vinte anos por Marilena Chauí.

IPSEITAS: Ainda sobre sua formação. Em 2014 completaram-se 50 anos da ditadura militar. Isso quer dizer que o senhor passou sua formação toda sob um regime militar, regime esse que interferiu sobremaneira nas universidades, sobretudo na USP com a cassação e o desligamento de Bento Prado Júnior, as aposentadorias de Caio Prado Júnior, Otavio Ianni, Fernando Henrique, José Arthur Giannotti e outros... Vemos que o senhor não tomou posicionamento no sentido partidário. Entra em 1977 como professor, aqui na USP e, depois, vai para a França...

SÉRGIO CARDOSO: Em 1978.

IPSEITAS: O senhor chega lá depois de 10 anos de maio de 1968. A França tinha passado por um momento político muito importante, tinha sido palco de uma tensão política e da eclosão de muitos movimentos. O senhor conseguiu sentir ainda esse clima de 68? O que ainda era possível perceber?

SÉRGIO CARDOSO: O que ficou de 1968, dez anos depois, foi a presença de uma franja de franceses *gauchistes, soixante-huitards* que mantinham o espírito de 68 (risos). Esse espírito libertário de 68 era encontrado nas pessoas; mas, nas instituições, na vida, já não. Mas a experiência na França, para mim, foi muito importante... para além do aspecto intelectual, do meu contato com Lefort, que foi uma coisa decisiva. Foi importantíssimo, primeiro porque eu estava vindo de um país de ditadura (estava começando a abertura) e fazia a experiência de um país liberal. Em coisas básicas: ter liberdade de circulação (sem medo), de palavra, ver uma vida cultural sem peias, sem as amarras de censura; era um sentimento novo. Digo, hoje, para os meus amigos que eu tive, na França, naquele momento, pela primeira vez uma experiência do que é 'cultura'. Em que sentido? Naquele da densidade e de uma certa organicidade da cultura. Por exemplo, e estou me lembrando de uma coisa real. Uma comemoração, uma efeméride qualquer. Digamos, um centenário de Flaubert ou de alguma de suas obras. Você ligava o rádio, falava-se de Flaubert; televisão, programas sobre o Flaubert;

você ia às livrarias, lá estavam todos os livros do Flaubert expostos; filmes sobre as obras do Flaubert. A gente se sentia mergulhado em um universo cultural. Você respirava aquilo. Isso era o que eu nunca havia experimentado. No Brasil, na época – hoje é um tanto diferente, *pero no mucho* – se eu quisesse assistir aos filmes que se referem a Flaubert ou que tomam sua obra como motivo, eu demoraria dez anos para chegar lá. Hoje, é um pouco mais fácil; na época era impossível. E lá você tinha isso à mão: a cinemateca levava, numa efeméride assim, todos os filmes. Pegava-se uma boa fila, no frio, na neve, mas se conseguia assistir (risos). Isso, para mim, foi maravilhoso! Eu li Flaubert, li Balzac...

IPSEITAS: O senhor ficou três anos na França?

SÉRGIO CARDOSO: Isso mesmo, três anos: no primeiro ano, fiz o DEA, o “Diplôme d’Études Approfondies”, e durante dois anos seguintes, fiquei estudando e aproveitando.

IPSEITAS: Imersão cultural?

SÉRGIO CARDOSO: Não só (risos). Primeiro, havia os seminários do Lefort, toda terça-feira. Foram seminários interessantíssimos, que passavam por obras literárias, filosóficas, históricas – em um dos anos por autores da pós-revolução francesa, que Lefort comentava em sala de aula (Guizot, Chateaubriand, Balzac, Ballanche e tantos outros, uma inspeção dos debates e sentimentos políticos daquele momento). E fiz outros cursos: do Pierre Aubenque na Sorbonne (ele dava um curso maravilhoso de introdução ao Aristóteles para os meninos que estavam entrando; o que era tudo que eu queria – risos); curso do Jean-Pierre Vernant no Collège de France; curso do Castoriadis, muito interessante; curso do Pierre Manent. Acho que aproveitei bem.

IPSEITAS: O senhor foi complementando sua formação...

SÉRGIO CARDOSO: O Lefort me recebeu achando que eu havia ido para lá para estudar Maquiavel, a *História de Florença*. Mas, quando eu cheguei eu estava com o Pierre Clastres na cabeça. Eu havia assistido a uma palestra do Bento sobre o Clastres e ficara fascinado. Aquilo colocou em cheque muita coisa que eu pensava de filosofia política. Assim, ao chegar na França, propus para o Lefort levar adiante minhas interrogações sobre a antropologia política do Clastres, que havia sido muito amigo dele. Mas havia a obrigação de fazer o trabalho do DEA, de modo que Lefort me disse: “Melhor não. Clastres é muito mal visto na École, não vou conseguir fazer banca para você. Você primeiro faz o seu Maquiavel e, depois, você trabalha o Clastres”. Eu, insolente, disse: “Eu não consigo, quero estudar o Clastres” (risos). Ele [Lefort] foi – muito acertadamente, aliás – inflexível: “Vamos fazer

o DEA com o Maquiavel e, depois, você vai ao Clastres”. Eu já tinha um texto sobre o Maquiavel, que remodelei, desenvolvi, ajeitei e entreguei para o exame. Mas, logo concluí duas coisas: primeiro, que queria mesmo estudar o Clastres; segundo, que o meu projeto sobre Maquiavel era impraticável. Eu me propusera a ler e comentar a *História de Florença*, tentando mostrar como Maquiavel havia lidado com material histórico disponível, os trabalhos dos cronistas, o de Leonardo Bruni e o de Poggio Bracciolini, os historiadores ‘oficiais’ da cidade. Ora eu precisaria conhecer todo esse material e percebi que era uma tarefa enorme, muito difícil; de desanimar (risos). Não se tinha acesso fácil a esses textos naquela época. Eu teria que ir para a Itália; mas não tinha como sair da França com a bolsa. Percebi que não daria para fazer essa pesquisa. Assim, fiquei lá fazendo os meus cursos e continuei trabalhando no meu projeto clastreano, que não dependia daquele material bibliográfico inacessível. A Marilena me encorajou: “Você quer fazer o Clastres? Você vai fazer o Clastres. Mas você vem fazer aqui. Seja fiel às suas questões, às suas interrogações; vá em frente” (risos). Ela dizia mais: “Aqueles burocratas!!!” (risos). Fui por essa via; mas também foi um trabalho difícil. Eu não tinha formação em antropologia para fazer o Clastres. Tinha que fazer todo um caminho. Fui estudar. Pensei: “Agora fui me meter nessa!” (risos). Fui ler antropologia, alguma coisa de etnografia relativa ao trabalho do Clastres ... eu não iria me tornar etnógrafo. Mas li história da antropologia, li todas as referências necessárias para o trabalho dele, bem como os comentadores e críticos. Aquilo me tomou anos; eu demorei. Eu tinha ido para a França com prazo para terminar o doutorado. E como eu não terminei lá e, com a mudança de rota, não dava para terminar em um ano aqui, perdi o prazo e comecei de novo.

IPSEITAS: Nossa...

SÉRGIO CARDOSO: Tanto que o meu doutorado é de 1990. Você imagina?! Na verdade, comecei prá valer na hora em que voltei da França e decidi: “É o Clastres”. Usei todo o prazo que eu tinha: de 1984 a 1990. Mas fiz o meu Clastres. Foi uma trabalhadeira danada! Li muita antropologia. No entanto, não fiquei satisfeito com a minha tese. Ela encaminha as questões, mas não chega a uma formulação que me satisfaça. Tirei desse estudo alguns artigos. Estão na Revista de Antropologia (da USP), na revista do CEBRAP (Novos Estudos). E deixei esse trabalho em repouso, para um dia ver se retorno, porque minhas questões clastreanas continuam vivas; estão lá.

IPSEITAS: Como era o Claude Lefort como professor?

SÉRGIO CARDOSO: Olha. Um grande professor. Ele falava muito

bem; tinha uma gestualidade imponente. E tinha o que os franceses chamam de “trac” para suas apresentações. Sabe? Ele mantinha a tensão do pensamento. O exercício do pensamento ali na sua frente (mais uma vez). Ao vivo. E, no entanto, eu soube depois, ele tinha tudo escrito; mas aquilo nos vinha novinho, com a emoção da hora. O Lefort chegava concentrado e um tanto tenso para as aulas; entrava meio nervoso. Só quando terminava a aula ele relaxava e ia tomar uma cerveja, um café, com os mais próximos. As aulas eram muito fortes, muito pensadas e originais (logo se tornavam artigos); era um grande professor.

IPSEITAS: Pelo que vimos no seu concurso de Livre-Docência, a banca chegou à conclusão que o senhor tem dois pilares: o Claude Lefort e a Marilena Chauí. Percebe-se que o senhor tem uma relação muito afetuosa com a professora Marilena. E, ao que parece, é uma característica da sua geração para com os seus professores. Por exemplo, eu, que fui orientado pela professora Adriana Maamari, a vi falar do senhor com o mesmo entusiasmo que o senhor fala da professora Marilena. Ela [Adriana] falava que suas aulas tinham uma espécie de teatralidade, que o senhor tinha uma entonação que tornava a aula viva...

SÉRGIO CARDOSO: Será influência do Lefort? (risos). A única coisa que sei é que, mesmo depois de muitos anos de ensino, me sinto sempre um professor novato. Entro tenso (risos). Mesmo que eu tenha escrito a aula (e sempre escrevo), na sala aquilo ainda está se acomodando na minha cabeça. Não tenho o sentimento de ‘saber’ o que ‘ensino’, por isso a tensão permanece.

IPSEITAS: Mas parece-me que não é possível notar claramente essa relação afetuosa entre os estudantes e as professoras e os professores nos dias atuais. O senhor conseguiria identificar algum motivo, alguma passagem, que justifique esse distanciamento?

SÉRGIO CARDOSO: Primeiro: quando eu fui estudante no Departamento éramos poucos. Havia, então, uma relação mais próxima com os professores. E muitos dos professores eram mais jovens também, de modo que estavam mais abertos para essa interação, para essa comunicação. Mas, o Bento, o Porchat, o Giannotti, também fizeram muito isso, aproximar-se dos alunos fora da sala de aula. De fato, houve muito desse convívio na minha geração. E isso foi muito benéfico para todo mundo. Não se aprende só na sala de aula; esse convívio é intelectualmente muito produtivo. Mas, há uma questão de mudança da qualidade em função da quantidade também. A universidade se massificou; a relação já não pode ser a mesma. E há também um

segundo ponto: a política nos associava mais. Hoje a política talvez dissocie os estudantes e os professores. Porque quando havia uma estreita afinidade política, esta afinidade se derramava para outros registros. Hoje, penso que isso não acontece; até porque a política ficou mais distanciada para grande parte dos estudantes (e acho que também para grande parte dos professores). Na virada dos anos 1990, nos anos 2000, o horizonte da participação nos movimentos estudantis se encolheu muito. A grande maioria dos estudantes passou a querer justamente estudar; queriam boas aulas e pronto. O individualismo ganhou espaço na universidade, num clima mais competitivo que político ou cooperativo. É uma pena, mas também sinal dos tempos. Nem sempre é possível forçar para que as coisas sejam diferentes. Mas, é verdade também não podemos falar desse alheamento de maneira genérica. Há sempre uma relação mais próxima com aqueles alunos – com aqueles professores – com os quais se tem afinidade. A massificação do ensino não é irremediável. E há a pós-graduação, onde o difícil é, ao contrário, não haver proximidade.

IPSEITAS: Com relação ao Lefort, na sua trajetória de pesquisa é possível identificar nomes de autores recorrentes, quase como que eixos pelos quais o seu trabalho orbita (Maquiavel, Clastres, Lefort, Montaigne). Quando o senhor vem para a USP estudar com a profa. Marilena, qual o seu interesse inicialmente? E existe um aspecto que sirva de elo entre esses autores?

SÉRGIO CARDOSO: O que mais me motivou para filosofia política, antes de vir para a USP, foi a leitura de um texto do Merleau-Ponty chamado “Nota sobre Maquiavel”, que está na coletânea *Sinais*. Eu fiquei encantado com o texto do Merleau-Ponty, porque ele aponta um caminho para algo com que eu sempre me debatia: o desconforto no interior de minha formação moral e religiosa, de jovem de classe média de ‘boa família’, a rebeldia em relação a um certo moralismo e conservadorismo político e, de outro lado, a tentação – e o medo – do cinismo (Merleau-Ponty usa essa expressão: “Maquiavel foi tentado pelo cinismo”), do ‘nem aí’ e da violência. Acho que muitos da minha geração ficaram assim acuados entre Cila e Caribe, entre o moralismo e o cinismo. Ora, Merleau-Ponty mostra que, em Maquiavel, o espaço da política se abre justamente entre esses dois ‘perigos’. Fiquei maravilhado. O texto é fantástico. Assim, Maquiavel ficou no meu horizonte. Depois, em 1973 ou 74, quando eu estava começando a pós-graduação, a Marilena lê o Maquiavel do Lefort (*Le Travail de l’oeuvre Machiavel*, publicado em 1972 na França) e fica fascinada com o livro. Em grande medida, primeiramente, porque ele traz, em sua primeira parte, uma crítica contundente do chamado ‘método estrutural’ de

leitura das obras de pensamento (o da tradição goldschmitiana do nosso Departamento). A Marilena ficou entusiasmada com o trabalho e propôs um seminário sobre o livro. Participaram colegas dela das ciências sociais (o Francisco Weffort e outros, de que não me lembro), alguns alunos da pós-graduação das ciências sociais e alguns alunos dela própria. Aquilo para mim foi decisivo. Eu encontrei um rumo intelectual e político com o Merleau-Ponty e depois com o Lefort, ambos estudados pela Marilena.

Naquele momento, pensei em fazer para a *História de Florença* do Maquiavel – em parte, claro – o que o Lefort tinha feito para o *Príncipe* e os *Discorsi*. Trabalhamos bastante a questão da história e da historicidade em cursos da Marilena (que estava entrando em temas da história do Brasil), de modo que as coisas se encontravam. O Maquiavel entrou assim na minha vida. Depois tentei me distanciar dele; na verdade, em vão. Mas, já relatei como, a partir de um determinado momento, fui na direção do Pierre Clastres. Soube dele em uma palestra do Bento Prado. Fiquei muito curioso e fui à livraria francesa comprar *La société contre l'État*.

IPSEITAS: Achou o livro? Por que esse interesse todo?

SÉRGIO CARDOSO: Por sorte, achei. A 'Francesa' [a Livraria Francesa] era muito boa (risos). O que suscitou minha curiosidade pelo Clastres? Para o Lefort, as sociedades políticas, em sentido próprio, começam no século XVI, ao não se instituírem mais pela projeção de um fundamento externo, transcendente, da Lei. Ora, o Clastres vem e diz que as sociedades selvagens são políticas no sentido pleno da palavra. Pensei: "Se o Clastres tem razão, o Lefort não tem". Um pouco de ingenuidade; mas uma boa ingenuidade (risos). Enfim, o Clastres me trouxe dúvidas sobre o Lefort. Na verdade, eu já tinha algumas questões relativas ao pensamento do Lefort. Hoje tenho menos; mas, na época, eu me perguntava se o pensamento sobre a democracia que ele propunha não era próximo demais das práticas da democracia liberal. Como se ele tivesse descoberto a lógica da democracia liberal, levando-a, pela consciência desta lógica, a se tornar mais consistente, a render mais liberdade. Pois, elas, as democracias políticas, como eu dizia, afastam a referência a um fundamento transcendente: Deus, Natureza, Razão; não supõem um direito natural. Elas operam com um direito simbólico, que sustenta no seu interior os debates sobre o 'direito' e as reivindicações de 'direitos', que levam à produção das leis (leis históricas, sempre aquém desta Lei – com 'l' maiúsculo –, na qual a sociedade encontraria sua unidade e identidade). Na democracia, a sociedade está, por definição, afastada do 'lugar' de sua unidade e identidade, um lugar que 'o poder' apenas figura, assinala,

sem ser capaz de ocupar, de preencher. Todo poder nas democracias é provisório.

Ora, para o Clastres as sociedades selvagens também são políticas, no sentido pleno da palavra. E como se evidencia nelas esta realidade política? Eis a questão. Mas, o Lefort me dizia: “Eu fui amigo do Clastres; sei o que ele pensa. Para ele as sociedades selvagens também são sociedades que se organizam a partir de um fundamento transcendente. Elas são de tipo ‘religioso’”. E eu dizia: “Mas não é isso que ele escreve” (risos). Evidentemente, para o Clastres, as sociedades indígenas não são sociedades ‘democráticas’, não operam com a ideia de uma Lei simbólica como fundamento de sua identidade de sociedade. O que o Clastres mostra é a recusa destas sociedades de projetar esse lugar da unidade na figura do chefe. Elas impedem que o chefe governe. Ele pode falar; ele deve falar, o tempo todo, mas ele não pode governar, não pode dar ordens. Ou seja: o lugar do poder permanece efetivamente vazio, ao passo que nas sociedades democráticas esse lugar está sempre preenchido, garantindo para a sociedade uma unidade de direito (e de fato), ainda que provisoriamente. Mas, o que produz a identidade social nas sociedades indígenas? Esse é o problema. Como se dá a identificação dos indivíduos a tal sociedade? É uma questão que precisa ser mais trabalhada por todos os leitores da obra do Clastres. Mas, podemos dizer que ocorre nelas algo como uma naturalização da vida social, da cultura: uma ‘naturalidade’ instituída como imediata (o que não se confunde com a alegação de um “controle social imediato”), justamente o que faz essas sociedades serem “conservadoras”. A divisão dos sexos, por exemplo, evidentemente passa pela cultura, mas pode ser naturalizada: nasceu homem, nasceu mulher. Entre os Guaiaki, ainda como exemplo, mesmo que as anomalias ocorram, nasceu homem, porta o arco, nasceu mulher, porta o cesto, como algo ‘natural’. E esta naturalidade produzida é permanentemente renovada; a cada momento que ela é posta em questão por algo novo, é naturalizada de novo. Ao incorporar, por exemplo, um costume ou utensílio novo, o que os índios fazem? Inventam um mito para incorporar o novo em seu universo simbólico, como se sempre lá estivera. ‘Normaliza’ aquilo dentro de sua cultura. As coisas novas vão sendo assimiladas como já dadas. É claro que há inovação, mas o novo é como que ‘desarmado’ na sua novidade. Mas, todas estas coisas precisam ser mais trabalhadas a partir da obra de Clastres. Enfim, como estas sociedades associam identidade e liberdade?

IPSEITAS: Numa parte do seu memorial, o senhor diz que o pensamento político de Clastres era “atraente” para a sua “rebeldia”. E

numa entrevista de Bento Prado Júnior para a Revista de Antropologia de São Carlos, ele diz: “Clastres exerceu uma enorme influência em Marilena Chauí e Sérgio Cardoso”. Engraçado que ele, mesmo depois de ter saído há tanto tempo, ainda tinha a ideia de pertencimento, pois falava ali em “meu departamento”. Como Clastres aparece no seu horizonte de pesquisa? O que foi que o Bento disse nessa conferência?

SÉRGIO CARDOSO: O Bento expôs “A filosofia da chefia indígena”, que é um belo texto do Clastres. A questão da palavra nas *Sociétés contra o Estado*, do dever da palavra, do chefe que apazigua – *faiseur de paix* – e do caráter não-coercitivo deste ‘poder’. Coisas intrigantes. Intuições, no melhor sentido da palavra: sínteses intelectuais a serem desenvolvidas, desdobradas, trabalhadas. Mas, é preciso haver abertura para acolher isso; pois, pode-se simplesmente não levar a sério. Num dos cursos de antropologia que acompanhei em minha faculdade, justamente como apoio para minhas leituras do Clastres, dei um texto para minha colega que ministrava o curso ler. Seu único comentário: “Esse Clastres é irritante!”.

IPSEITAS: Mas quanto à rebeldia a que o senhor se refere, o que havia na crítica da Antropologia política de Clastres que conversava com a sua rebeldia?

SÉRGIO CARDOSO: Ah, ele é libertário! Basta ler os textos (risos). Eu não o conheci. Uma pena! Conheci há alguns anos a Helène Clastres – que é uma graça de pessoa –, num seminário sobre o Clastres em Paris. Ela convidou para jantar em sua casa o grupo dos brasileiros que lá estavam e falou muito do vínculo afetivo do Pierre e o dela com o Brasil. Mas, voltando, o Clastres é um *soixante-huitard*, um libertário. E o que impressiona muito nele é a coragem de pensamento, a (boa) ousadia. Ele não tem uma doutrina etnológica acabada; ele inova ousando interpretações e suscitando questões. Os ‘caretas’ não suportam isso (risos). Há muita resistência ao Clastres. Um professor, que, aliás, eu respeito muito, não disse que “o Clastres faz metafísica como quem come chocolate”?

IPSEITAS: O Bento fala sobre isso (risos).

SÉRGIO CARDOSO: O prof. Giannotti. Não entra... Desculpe, não estou querendo chamar todas essas pessoas que não gostam da obra do Clastres de “caretas”; mas, esse lado ousado e libertário “irrita” algumas pessoas. De qualquer forma não se pode dizer que seu trabalho seja leviano. Não estou dizendo que não haja dificuldades; mas, ele tem uma bagagem teórica respeitável e trabalha um material etnográfico muito importante; tem um bom trabalho de campo. Ele vai aos “guaiaki” e faz um livro magnífico (*Chronique des indiens Guayaki*). Vai

aos “ianomani” e traz observações e reflexões profundas no seu último trabalho *Recherches d’anthropologie politique*. Não há “chutes”. É tudo muito pensado. Isso é que é empolgante, porque “interrogante”.

IPSEITAS: O senhor vai de Maquiavel a Clastres, e de Clastres passa a Montaigne. Qual o lugar de Montaigne na sua vida intelectual? O senhor queria sair das questões embaraçosas para passar a uma seara mais tranquila? E conseguiu essa tranquilidade?

SÉRGIO CARDOSO: Quando eu terminei a tese sobre o Clastres, estava insatisfeito. O caminho me parecia correto, mas não me levou ao ponto de esclarecimento que eu imaginava poder chegar. Mas resolvi deixar aquele trabalho, como se diz, ‘descansar’. Eu havia me dedicado bastante na leitura que o Clastres faz de La Boétie – leitura que eu comparara àquela feita por Lefort – e me ocorrera buscar nos Ensaios de Montaigne elementos para uma melhor compreensão do “Discurso da Servidão Voluntária”. Pensava em textos como “A Covardia é a Mãe da Crueldade” [Ensaio, II, 27], que lera nos cursos da Marilena, nos anos setenta, ou naquele “Do Costume ...”. Há neles uma recusa da dominação em que me parecia ecoar a crítica de La Boétie. Assim, comecei a ler Montaigne e, por se tratar da relação com La Boétie, era imperativo começar pelo famoso texto “Da Amizade” [I, 28]. Fui convidado naquele momento pelo Aduino Novaes para participar de um ciclo de palestras sobre as paixões e decidi propor como tema aquele texto, mostrando que ele estabelecia um diálogo estreito com Aristóteles. Quando eu escrevi aquilo, a Telma [Telma Birchal da UFMG] me convidou para um Colóquio (quatrocentos anos da morte de Montaigne, em 1992). Ela tinha vindo para cá [USP] para fazer com o Franklin Leopoldo uma tese sobre Pascal, a questão da subjetividade, que ela rastreava desde Agostinho. Ao lado do colóquio, ela me propôs dar um minicurso sobre Montaigne. De início, recusei; pois, mal começara a lê-lo. Mas ela me convenceu a fazer uma coisa introdutória, já que ninguém conhecia bem nosso autor. Então comecei a estudar. Fui buscar a bibliografia crítica. Ora, quando a gente entra, assim, no campo do comentário, não sai mais (risos). O tal curso foi resumido em um artigo da revista *Kriterion*, da UFMG, em um número de 1992, relativo ao colóquio.

ISSN 2359-5140 (Online)
Ipseitas, São Carlos, vol.4,
n.1, p. 6-30, jan-jul, 2018

IPSEITAS: Mas quanto a Montaigne, se não me engano, a profa. Chauí disse no seu concurso: “Agora eu entendo, Sérgio, que você tinha que ter ido ao Montaigne. O Lefort não dá conta da questão, o Clastres também não e você tinha que passar por Montaigne”. Então, o senhor disse: “Montaigne tem algo de muito significativo que os modernos perdem, que é a fundação das leis no costumes”.

SÉRGIO CARDOSO: Isso, isso (risos). Porque quando fui estudar Montaigne, interessava-me sobretudo sua reflexão ética e política. E aí se manifesta da maneira mais extraordinária a pulsão antimetáfrica presente no século XVI. O horizonte teológico e metafísico da cultura medieval vai sendo solapado por vários caminhos; pela retomada da crítica cética do conhecimento, no caso de Montaigne, mas também pela própria dissolução das instituições políticas tradicionais e a crise religiosa. Tanto Maquiavel quanto Montaigne contornam a alegação de um fundamento teológico ou metafísico para a ordem política remetendo seus princípios a iniciativas humanas, como o desejo de liberdade ou os costumes. O mundo se humaniza radicalmente. Os homens produzem suas leis, suas instituições, sua convivência, sem o socorro de qualquer princípio transcendente. Mas, achei muito interessante aquela colocação da Marilena no final do comentário sobre meu trabalho. Ela apontou, com enorme perspicácia, a diferença de horizonte entre minhas referências políticas e as dela: você opera com a lei e eu com o Direito, ela disse. E, de fato. Eu estou no século XVI; ela está no século XVII. A diferença é enorme. O racionalismo do século XVII, a seu modo, recupera a metafísica – depurada, ‘humanizada’. Mas, de um modo ou de outro, criticada, depurada de sua tralha imaginária, a teologia permanece lá: *Deus sive natura*. Opera-se com o infinito, a necessidade. Isto dá grandeza, gravidade, para as ‘coisas do mundo’, para tudo. Já nos autores do XVI que trabalho, tudo é humano, finito e contingente, ‘demasiado humano’. São universais histórico-políticos; é o direito consuetudinário. Maquiavel busca as leis na negação, histórica, da opressão. Montaigne as remete aos costumes. Não se tem a ‘grandeza’ do século XVII; não há Direito (Deus, Natureza, Razão) para sustentar as leis humanas. Enfim, a diferença que a Marilena aponta entre nós certamente é aquela de quem está no XVI ou no XVII.

IPSEITAS: Seu lugar no mundo (risos).

SÉRGIO CARDOSO: Eu sempre achei que deveria voltar ao século XVI, porque penso que vivemos um momento de esgotamento da modernidade, a que começa no XVII. Em política, penso que ela começa com o Bodin¹, no final do século XVI. Acho que o contratualismo clássico e o direito natural moderno estão esgotados. E quando se sente que se está no fim de uma linha, convém procurar o momento anterior. Eu fui para o século XVI, porque lá há abertura de caminhos, promessas, modos de pensar, que depois ficaram ignorados, que foram afastadas para se entrar na nova grande vaga (ou saga) da ‘metafísica’ moderna.

IPSEITAS: Montaigne seria uma dessas promessas?

SÉRGIO CARDOSO: Sem dúvida! Ele tem muito a nos ensinar sobre os possíveis, o novo, para o pós-esgotamento do trajeto da modernidade. O mundo moderno se foi (risos). Mas, o novo caminho não é certamente o que se tem denominado “pós-moderno”.

IPSEITAS: Vamos para Maquiavel... Há um novo interesse pelo pensamento político de Maquiavel. Ele foi integrado à tradição republicana e assumido pela esquerda, mesmo radical. Em que posição o senhor situa os seus estudos maquiavelianos?

SÉRGIO CARDOSO: É fantástico que esse pensador eminente do XVI nos ofereça hoje a plataforma de nossos debates em filosofia política. Ele – em suas leituras diversas – tornou-se o pivô dos embates de uma parte importante da filosofia política contemporânea. Isto é maravilhoso. Que caminhos diversos são esses? Há uma leitura liberalizante da sua obra: o Maquiavel dos ingleses (penso em Skinner, Philip Pettit e outros); há uma leitura que vem da esquerda e que incorpora a tradição republicana, a lefortiana, de modo geral; e há uma leitura democrático-radical, que busca radicalizar a democracia liberal, penso em autores como o John McCormick. As leituras do Maquiavel dependem muito – aliás, não pode ser de outro jeito – da extração, digamos, ideológica, dos leitores, de suas referências, interesses políticos, etc. Eu me enquadro inteiramente, *por supuesto*, na perspectiva lefortiana. Posso ter algumas dificuldades com ela, mas o ponto de partida que me parece mais consistente é aquele do trabalho de Lefort. Enfim, tenho uma referência de leitura; mas, penso que nós aqui no Brasil (Newton Bignotto, Helton Adverse, José Luis Ames, Gabriel Pancera, Alberto Barros, para lembrar alguns) temos criado um campo de leitura de Maquiavel que tem bastante originalidade.

IPSEITAS: O senhor afirma no texto “Que República? Notas sobre a tradição do Governo misto”, de 2000, que essa nova concepção de republicanismo, centrada na oposição grandes e povo (a que Lefort se refere como ‘luta de classes), nos introduz em novas terras da reflexão política, ainda insuficientemente exploradas. Após a maioridade desse texto, que já tem 18 anos, essas terras já foram suficientemente exploradas ou desbravadas?

SÉRGIO CARDOSO: Não, não. Há muito trabalho a fazer. Na vida intelectual, o número de anos não é uma boa medida. Mas, é verdade que, aqui no Brasil, há 18 anos, a coisa era diferente. Fizemos um bom trajeto nesse domínio. Esse meu texto a que você se refere foi escrito no momento que estávamos reunindo um grupo de intelectuais

para estudar a tradição republicana, porque achávamos, e achamos, que há um déficit republicano na política e na história brasileiras. A república nunca se estabeleceu para valer no Brasil. Até porque, quando se proclamou nossa república, como mostra bem José Murilo de Carvalho, o que se queria era o federalismo (de matriz americana); não eram exatamente a república e os valores republicanos que estavam em causa. Mas eu dizia que esse grupo (de historiadores, letrados, politólogos, filósofos, de várias instituições de Minas, Rio e São Paulo) se reuniu para recolocar em pauta o pensamento republicano. Foi muito interessante. Por uns cinco anos fizemos vários seminários, encontros, escrevemos textos, nessa direção. O trabalho não só produziu livros e artigos, mas também núcleos de estudos que continuam vivos: o Projeto República da UFMG, organizado pela Heloísa Starling [UFMG]; o CRIP, o Centro de Referência do Interesse Público, também da UFMG, que não vem, este, diretamente desse grupo dos 'repúblicos', mas tem parentesco com ele; e outros trabalhos e grupos de estudos, como o que se formou na UFF, no Rio, liderado por Fabrina Magalhães Pinto e Luís Falcão. O interesse por Maquiavel no Brasil, por exemplo, cresceu enormemente a partir desse trabalho. Há muitas teses, livros. Criou-se um caldo de cultura e de referências que tem propiciado o surgimento de muitos trabalhos e debates. A programação maquiaveliana (e renascentista) que teremos na ANPOF deste ano é impressionante.

IPSEITAS: Como o senhor vê a atividade filosófica no Brasil e a participação dos professores de filosofia no debate político?

SÉRGIO CARDOSO: Houve um momento, e ele não vai muito longe, em que havia uma efetiva participação dos intelectuais brasileiros no debate político. O Gianotti teve um papel importante nisso. A Marilena escreveu durante anos em um jornal importante de São Paulo, trazendo comentários políticos, o Ruy Fausto, o Renato Janine Ribeiro, e tantos outros. Havia um envolvimento muito grande. A partir de determinado momento, esta intervenção minguou. Em grande parte, porque a imprensa brasileira se esvaziou – não vejo outra palavra. Nós temos um problema sério de comunicação pública. Nossa imprensa deixou de ser instrumento de alguma (não mais que isso) comunicação pública e passou a ser uma imprensa de propaganda, quase de campanhas de causas políticas e eleitorais; e, evidentemente, anti-esquerda. Grande parte dos intelectuais de esquerda, ou de simpatias à esquerda, não está muito disposta colaborar com esses jornais, a participar de programas de TV, etc. É muito difícil ir para a Rede Globo para fazer um programinha, sabendo que aquilo vai ser triturado e inundado pelo que interessa a eles. Porém, respeito aqueles que ain-

da tentam se comunicar por estas mídias. De qualquer modo, sempre foi difícil, mas penso que na atual conjuntura é quase impossível. Não há espaço de verdade para controvérsias. Por outro lado, a esquerda não conseguiu produzir seus próprios veículos de comunicação com alcance mais significativo (acho que estão começando a conseguir agora). A esquerda fala com a esquerda (e de uma maneira muito limitada), e a direita continua falando com a direita. Depois das grandes cisões pós-2013, do impeachment da Dilma, do ódio que contaminou e radicalizou a cena política (que deu fôlego para uma maior “direitização” da imprensa e para a exclusão dos atores mais à esquerda do debate público), a coisa ficou pior e é difícil prever onde vai dar.

IPSEITAS: O senhor escreveu um texto com a profa. Marilena, na década de 2000 (2004), sobre a universidade brasileira. Foi um fórum de discussões, qual foi o contexto desse texto?

SÉRGIO CARDOSO: No início de seu governo, o presidente Lula convidou um grupo de intelectuais de esquerda, nem todos petistas, que tivesse alguma simpatia por seu governo, para colaborar no debate sobre direcionamentos políticos e políticas públicas. O grupo, de umas 12 a 15 pessoas, se reunia periodicamente para discutir estas questões, muitas vezes com um membro do primeiro escalão governo. Ora, os intelectuais podem ser um tanto arrogantes; frequentemente têm convicções muito fortes e querem dar ordens. Estavam ali para colaborar com ideias, com sugestões e com críticas, sim, mas, um ou outro, aqui e ali, interpelava o governo como se fizesse parte do Senado da República. Para se ter uma ideia, o presidente, ao receber o grupo poucos meses depois do início de seu mandato, foi responsabilizado por todas as mazelas do país – mortalidade infantil, violências contra mulheres, assassinatos, tudo – ocorridas naqueles meses. Retórica, mas retórica inadequada. O homem nem havia sentado direito na cadeira. Assim, para voltarmos ao propósito original do grupo, propus que, sendo a maioria dos integrantes do grupo constituída por acadêmicos, e sendo o Fernando Haddad, também acadêmico, ministro da educação, que tentássemos formular alguma coisa para a revitalização das universidades públicas. Não houve uma receptividade muito grande (risos). Mas, a Marilena, a Maria Vitória Benevides, a Walnice Galvão e eu mesmo nos dispusemos a nos reunir para propor alguma coisa para o grupo e depois levar algo para o ministro. Fizemos um conjunto de sugestões na direção de uma universidade mais democrática.

IPSEITAS: Uma universidade “republicana e democrática”, eram os termos que usavam nesse documento...

SÉRGIO CARDOSO: Sim. É isso. Formamos depois um grupo de professores e estudantes de várias faculdades da USP para discutir e colaborar no projeto. Foi muito interessante. E parecia que havia chance de ocorrer alguma renovação. Fomos convidados por outras universidades; eu mesmo fui convidado pela ANDIFES para falar para os reitores em uma reunião em Curitiba; nossas sugestões – que estão em parte nesse texto publicado pela revista *Debate e Crítica* a que você se refere – foram encaminhadas para o Fernando Haddad. Ele, de imediato, parece que advertiu a Marilena de que haveria uma resistência muito grande, mas que se poderiam tentar mudanças pontuais. Nada se passou. As sugestões estão lá; mas, ficaram para “um dia quem sabe”. Ora, todos sabemos da urgência de revitalizar e democratizar a universidade. É preciso ter disposição e coragem, e não parece que estamos no momento mais propício.

IPSEITAS: Segundo a constatação daquela época, a universidade era incapaz de realizar a função social de assegurar o ensino superior gratuito à maioria dos jovens. Depois de 14 anos, ela continua a mesma?

SÉRGIO CARDOSO: Tínhamos algumas críticas fundamentais. Primeiro, considerávamos que o pilar central de uma universidade, a pesquisa, a produção intelectual, estava nas mãos das agências de financiamento, e não da própria universidade. Não são em geral os departamentos que decidem sobre os trabalhos que neles são desenvolvidos, que estudantes devem obter bolsas, que intercâmbios devem ser apoiados; tudo isso acaba ficando nas mãos das agências. Agências burocratizadas, de um lado, e frequentemente cooptadas por grupos, de outro. Uma das nossas propostas era trazer maior autonomia para as universidades quanto ao rumo das pesquisas. Uma segunda reivindicação: trabalhar para democratizar as decisões no interior das universidades. Propúnhamos também que as universidades elaborassem planos quadrienais de desenvolvimento, democraticamente discutidos, e trazíamos sugestões para a democratização do acesso, e outras coisas assim. Enfim, não penso que daquela época para cá as coisas tenham melhorado.

IPSEITAS: Como o senhor avalia, hoje, a filosofia no Brasil? Possui uma reflexão consistente nas universidades e um alcance fora delas? Haveria nesse cenário alguma ponderação do senhor sobre a produtividade exigida pela CAPES e pelas agências de fomento?

SÉRGIO CARDOSO: É verdade que o sistema de avaliação dos programas de pós-graduação contribui muito para o produtivismo. No entanto, é preciso dizer que essa deformação de nossa produção de

pesquisa não vem só das exigências da CAPES. Há também uma certa cumplicidade do corpo docente das universidades. Há áreas em que os professores, que muitas vezes se acham gênios, não se preocupam muito com a docência; querem produzir, ter visibilidade pessoal. Isto corrobora e exponencia o produtivismo; constitui sua alma. Há o problema da CAPES, certamente; mas, acho que se nós tivéssemos uma concentração maior, ela seria mais permeável a nossas críticas, ouviria mais essas demandas por uma maior qualidade da produção intelectual, mas não há muita iniciativa nesse sentido. Eu estive na CAPES por 4 anos, como membro da comissão de Filosofia. Nesta comissão de que fiz parte, insistia-se muito para que os programas criassem grupos de trabalho, que houvesse mais interação no interior das linhas de pesquisa, que os programas tivessem um certo perfil que pudesse ser identificado pelos candidatos. É preciso que os programas tenham alguma identidade. Se eu quero fazer pós-graduação, deveria observar e concluir: “Quero fazer em São Carlos porque lá existe uma linha de pesquisa que me interessa, há grupos de trabalho que me interessam, quero integrar esses grupos”; ou “Quero fazer na PUC-X por isso ou por aquilo, porque lá encontro um outro perfil X”. Pois, não dá para todos os programas fazerem tudo. Nenhum é capaz de cobrir a história da filosofia inteira, seja na graduação, seja no programa de pós-graduação. É preciso escolher, encontrar a sua identidade, seu perfil. Não pode ficar ao sabor das decisões de pesquisa dos indivíduos (embora não se possa desprezá-las). Hoje os pós-graduandos escolhem mais um orientador que um programa.

IPSEITAS: O senhor, enquanto estudioso do Renascimento, o que faz para cultivar o espírito?

SÉRGIO CARDOSO: Eu vou aos concertos da Sala São Paulo (OSESP), pelo menos duas vezes por mês. Gosto muito de teatro e de cinema, evidentemente. E tenho minha filmografia clássica. Penso que mais que o trabalho intelectual especializado é a produção cultural que nos inscreve no mundo, molda sentimentos, suscita questões, nos conecta com a contemporaneidade. Vejo colegas preocupados com sua inscrição cultural, em uma extensão e profundidade maiores. Mas, tento não me alhear. Porém, sinto que grande parte dos nossos estudantes perderam esse vínculo com a cultura, com a literatura, com o teatro, cinema. Há pouca gente no cineclube do campus da USP, o CINUSP, mesmo com uma programação muito boa. É uma pena. Não sou e não quero ser nostálgico, mas preciso reconhecer que o interesse propriamente cultural dos estudantes já foi bem maior. Quando comecei meu curso de filosofia, meus colegas do quarto ano, para conhecer melhor o pensamento Sartre, estudaram e representa-

ram *Les mouches*. A música mais sofisticada tinha grande penetração entre os estudantes e coisas assim. É claro que os tempos são outros. Creio, porém, que precisamos reacender o interesse cultural, de maneira ampla nos campi: trazer cantores, fazer teatro, etc. Na USP, frequentar o Cinusp, ir ouvir a Osusp [orquestra sinfônica da USP]; na verdade não faltam oportunidades.

IPSEITAS: O que o sr. lê de filosofia e de literatura?

SÉRGIO CARDOSO: Tenho tido muito pouco tempo para ler, e lamento muito. Mas tenho lido Guimarães Rosa de novo. *O Grande sertão: veredas*, por exemplo, tive muita dificuldade para lê-lo na juventude, agora eu o li duas vezes, em estado de graça. Mas leio literatura muito menos que gostaria. Gostaria de ter mais tempo. Há as aulas, textos a escrever, colóquios, orientações, bancas. As atividades acadêmicas absorvem muito. Como não tenho muito tempo para ler literatura (o prato principal da cultura), procuro ir ao cinema, ver concertos. Demanda menos tempo (risos).

IPSEITAS: O senhor teria algum desafio, para não dizer frustração, na sua carreira?

SÉRGIO CARDOSO: Olha, uma das coisas que eu sempre lamentei foi escrever e publicar muito menos do que gostaria. Gostaria de ter publicado mais. Há vários textos que eu gostaria de já ter escrito e que eu não consigo tempo para escrever. Parei muita coisa pelo meio e depois, na hora em que vou retomar, não é mais a mesma coisa, é preciso começar de novo. Eu quero, por exemplo, escrever sobre o Cícero. Há muito venho reunindo materiais, fazendo leituras; mas, de tempos em tempos, vejo-me começando de novo. Isto aconteceu algumas vezes. Sobre alguns ensaios de Montaigne que trabalhei muitas vezes em sala de aula. Quando termina o curso eu digo: “Agora me assentar e escrever, está tudo fresquinho na cabeça”. Mas, vem outra solicitação ‘inadiável’, e depois você não vai mais dar aula sobre aquilo nos próximos três anos e assim por diante. Quando vou retomar o texto, aquilo já não me satisfaz. Enfim, há estas frustrações. Diante desta lamentação, meu amigo Newton Bignotto me disse o seguinte: “Os textos que publicamos 5 pessoas leem. Mas dezenas de estudantes vão passando por nossas aulas todos os anos e, na verdade, esse é o trabalho que fica”. Espero mesmo que ele tenha razão e que alguns de meus ‘textos’ tenham ficado escritos nas cabeças de alguns estudantes.

Pelo sim, pelo não, estou preparando a publicação, em papel, de coisas guardadas.